

## NOTA DE IMPRENSA

### **PSD/Açores pede esclarecimentos sobre fiscalização do Governo aos centros de processamento de resíduos**

Os deputados do Grupo Parlamentar do PSD/Açores no parlamento açoriano requereram ao Governo regional esclarecimentos sobre a fiscalização e o acompanhamento do executivo aos centros de processamento de resíduos da Região. Em causa estão “dúvidas e contrassensos” na política de prevenção e gestão de resíduos nos Açores.

Catarina Chamacame Furtado, deputada e porta-voz do PSD/Açores para a Energia e Ambiente, e uma das subscritoras do requerimento entregue hoje no parlamento, justifica a iniciativa com a urgência de se “perceber como é que o Governo fiscaliza o funcionamento da rede de centros de processamento de resíduos dos Açores, um investimento público de cerca de 38 milhões de euros”.

Em maio, o grupo parlamentar do PSD/Açores apresentou no parlamento uma declaração política sobre esta matéria, na sequência de visitas efetuadas a vários centros de processamento de resíduos dos Açores, através da qual denunciou a abertura de buracos para fazer desaparecer toneladas de resíduos de uma forma ilegal; o não funcionamento de vários equipamentos e a falta de condições de salubridade e de segurança no trabalho em vários destes centros.

Os social-democratas denunciaram ainda as enormes dificuldades no transporte de resíduos entre ilhas, que o executivo recusa admitir, e a incapacidade de alguns centros para a receção ou gestão de algumas tipologias de resíduos.

Em resposta a essas denúncias, o secretário regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares reconheceu que a operação em alguns centros, com destaque para o de São Jorge e o da Graciosa, não correram bem, mas atirou a responsabilidade para os concessionários, garantindo, ainda assim, que quando começaram a surgir os primeiros problemas o Governo agiu de imediato.

Catarina Chamacame Furtado lembra, porém, que na véspera da última visita estatutária do Governo à Graciosa, o Conselho de Ilha solicitou

ao executivo uma solução para o centro daquela ilha, denunciando que o mesmo “está cheio”.

“Essa preocupação do Conselho de Ilha, partilhada pelo PSD/Açores, choca com as estatísticas que apontam para a Graciosa uma percentagem de valorização orgânica e material na ordem dos 80% e desmentem a intervenção do secretário regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares”, sublinha.

A deputada considera que situações como esta, a que se juntam muitas outras, demonstra que “existe uma precária, duvidosa ou ineficaz fiscalização e acompanhamento por parte das autoridades à atividade dos centros de processamento de resíduos e ao cumprimento dos contratos de concessão”.

A deputada alerta ainda para a “forte probabilidade de inexistência de veracidade e de credibilidade nos dados que constam dos relatórios estatísticos de produção e gestão de resíduos na Região”, cuja construção da rede foi considerada por Vasco Cordeiro “uma das maiores transformações estruturais da Região”.

Horta, 06 de agosto de 2018

Marco Silva

Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

msilva@alra.pt